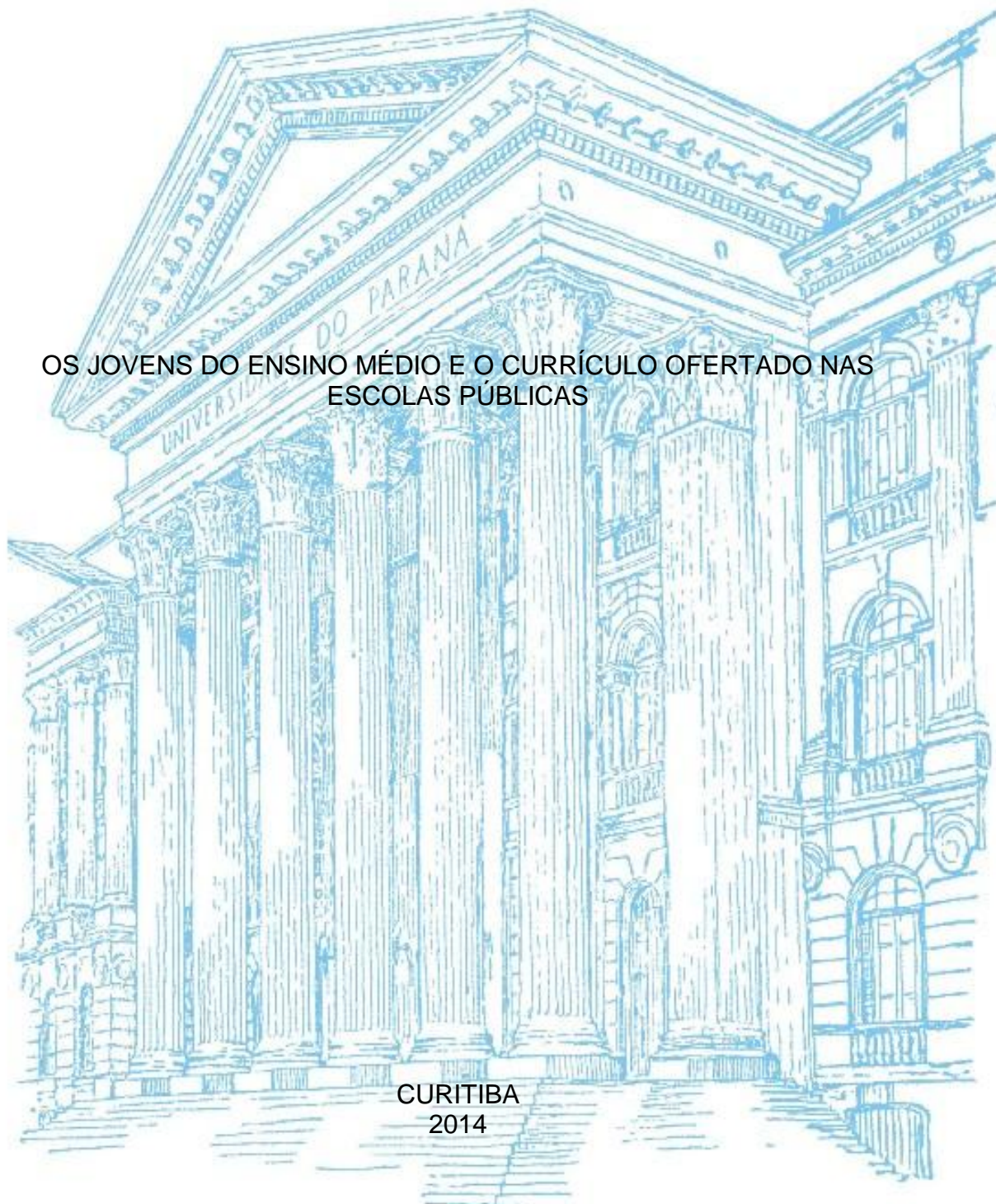


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

FABIANA RIBEIRO DA SILVA RAMOS

OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO E O CURRÍCULO OFERTADO NAS  
ESCOLAS PÚBLICAS



CURITIBA  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

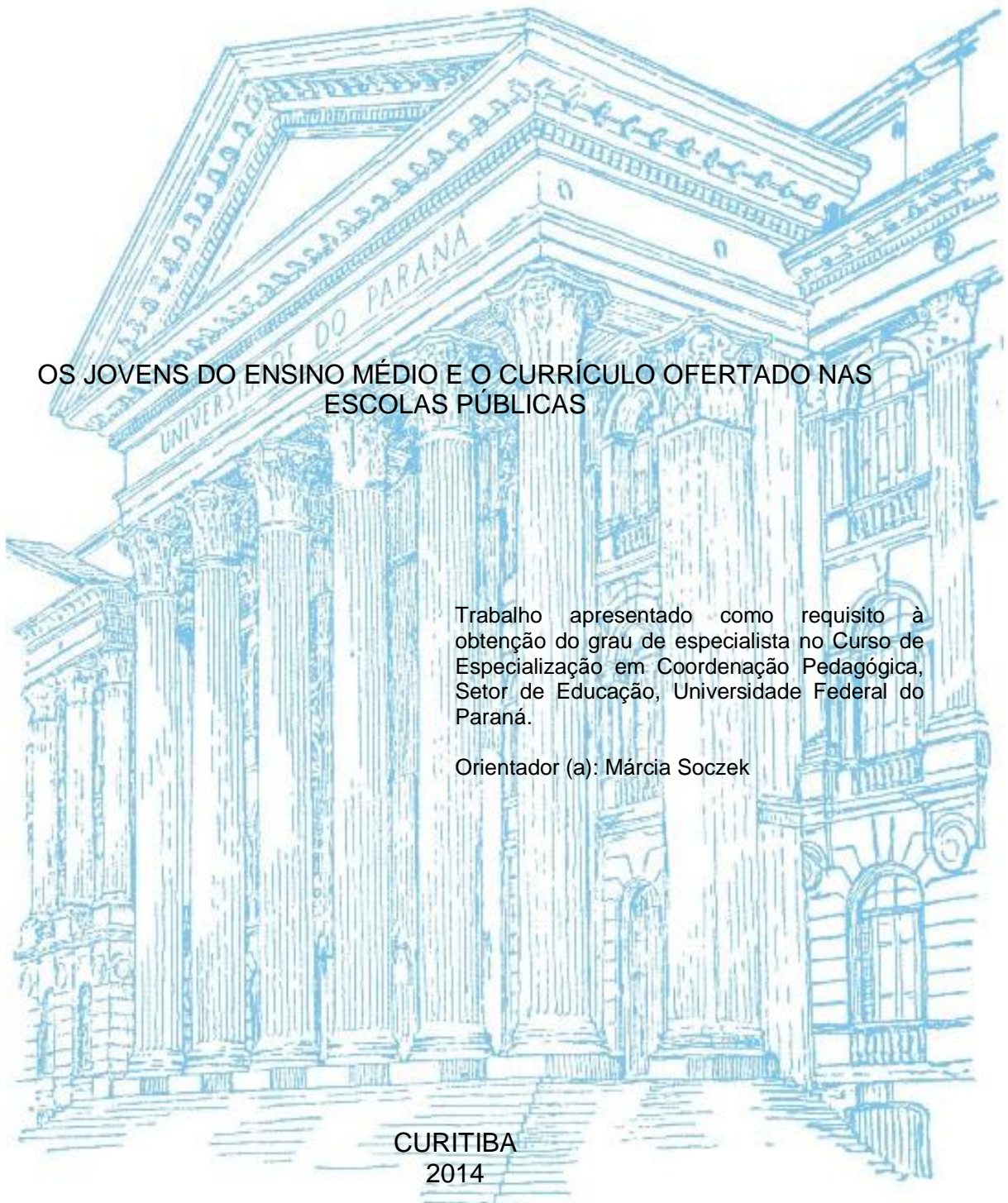
FABIANA RIBEIRO DA SILVA RAMOS

OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO E O CURRÍCULO OFERTADO NAS  
ESCOLAS PÚBLICAS

Trabalho apresentado como requisito à  
obtenção do grau de especialista no Curso de  
Especialização em Coordenação Pedagógica,  
Setor de Educação, Universidade Federal do  
Paraná.

Orientador (a): Márcia Soczek

CURITIBA  
2014



# OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO E O CURRÍCULO OFERTADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

FABIANA RIBEIRO DA SILVA RAMOS\*

## RESUMO

O objetivo deste artigo é propiciar reflexões sobre o currículo proposto para o ensino médio das escolas públicas e a identidade e expectativas dos estudantes deste nível de ensino. A motivação desta pesquisa encontra-se no fato de que estudos na área da educação têm apontado para o desinteresse dos jovens do ensino médio pela escola, mais especificamente pelo currículo e a relação com os estudantes, seus saberes e experiências. Outro ponto a destacar está na obrigatoriedade, após emenda constitucional 59/09, que amplia a obrigatoriedade da educação as crianças e adolescentes dos 04 aos 17 anos. Desse modo, o artigo apresenta estudos sobre o currículo e as relações estabelecidas entre indisciplina e desinteresse dos jovens pelo estudo, a identidade e as expectativas dos estudantes desse nível de ensino e os caminhos possíveis para aproximação destes jovens ao Ensino Médio, por meio de um currículo que socialize o conhecimento historicamente acumulado e valorize a identidade e pluralidade cultural com vistas a transformar a sua realidade social. O trabalho realizado aponta para a necessidade de repensar a escola e o currículo do ensino médio frente às necessidades e expectativas do jovem na sociedade e na escola. Possibilitando uma educação transformadora e significativa para os jovens do ensino médio.

Palavras-chave: currículo, ensino médio, jovens.

---

\*Artigo produzido pela aluna Fabiana Ribeiro da Silva Ramos do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Márcia Soczek. E-mail: fribeiroramos82@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre a relação dos jovens com os saberes científicos aprendidos na escola e oficializados através do currículo é uma questão que desperta interesse e investigação.

Muitos dos jovens do ensino médio apresentam certo desinteresse pela escola, mais especificamente pelos conteúdos ofertados, pois a escola tem encontrado dificuldades em operacionalizar o seu currículo de uma forma mais significativa para seus estudantes e de relacionar os saberes e experiências dos jovens estudantes do ensino médio.

Tendo em vista que hoje o ensino médio, após emenda Constitucional 59/09 que versa sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica para a faixa etária dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade houve uma ampliação do acesso aos adolescentes e jovens ao Ensino Médio sendo esta a última etapa da Educação Básica, este artigo se propõe a pesquisar a legislação pertinente e demais autores quanto à composição do currículo do ensino médio nas escolas públicas e as relações entre indisciplina, desinteresse e currículo; como também pesquisar quem são estes sujeitos que frequentam o ensino médio público, suas identidades e expectativas, além de indicar alguns caminhos possíveis para aproximação dos jovens que frequentam este nível de ensino.

Para Lima (2007) um currículo que se pretende democrático deve visar à humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível às pessoas. Partindo do pressuposto de que o conhecimento é um bem comum, devendo, portanto, ser socializado entre todos os seres humanos, logo o currículo é por excelência um instrumento desta socialização. Esta afirmação implica dizer que todos tem o direito do acesso aos bens culturais e ao conhecimento.

Observa-se que o currículo trabalhado nas escolas públicas não tem mantido uma consonância com os reais anseios e as características peculiares desta faixa etária. A escola oficializada através do seu currículo deve ser repensada para responder aos desafios colocados pelos alunos que nela

ingressam. De acordo com as ideias preconizadas na LDB 9394/96, a educação no Ensino Médio deve possibilitar aos adolescentes, jovens e adultos: acesso aos conhecimentos que permitam a compreensão das diferentes formas de explicar o mundo, seus fenômenos naturais, sua organização social e seus processos produtivos. Neste sentido, este artigo propõe levantar as causas que motivam muitos de nossos adolescentes e jovens matriculados no Ensino Médio demonstrarem certo desinteresse pelos conteúdos ofertados na escola. Como este currículo é composto, qual a sua função social, por que estes sujeitos se apresentam tão desinteressados em relação a esta etapa do ensino, suas identidades, o que eles esperam, e os caminhos possíveis a serem trilhados na busca por um currículo que aproxime e dê mais sentido aos estudos destes jovens são algumas das perguntas que este artigo procurará elucidar a luz da legislação vigente e da literatura especializada em currículo.

O desenvolvimento deste artigo está estruturado nos seguintes itens: o currículo do Ensino Médio, o qual explicará o histórico de formação do Ensino Médio no Brasil, destacando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as legislações pertinentes ao Ensino Médio. No segundo item são apontadas reflexões em relação ao fato de muitos jovens do Ensino Médio atualmente manifestarem indisciplina na escola e na sala de aula, aliada ao desinteresse, a desmotivação aos estudos, levando a refletir sobre como este currículo está organizado e como é possível transformar esta realidade começando a investigar os currículos a partir da visão dos educandos. No terceiro item, o texto versa sobre os sujeitos do Ensino Médio e a identidade destes jovens estudantes do ensino médio, bem como, suas expectativas a fim de contribuir no repensar dos currículos ofertados e no próprio sentido que a escola tem para eles. No quarto e último item, são propostos caminhos para aproximação do jovem ao Ensino Médio através de um currículo que considere a diversidade cultural existente nesta etapa do ensino.

A metodologia adotada é a pesquisa de estudo bibliográfica de forma qualitativa possibilitando a reflexão da práxis pedagógica.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 O CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO E SUA FUNÇÃO SOCIAL

O histórico de formação do Ensino Médio no Brasil está alicerçado basicamente em dois tipos: a propedêutica e a profissionalizante.

Em sua versão propedêutica preparatória para o vestibular, o Ensino Médio tem se caracterizado por uma ênfase conteudista, pautada, sobretudo na estrita divisão disciplinar do aprendizado. Neste modelo de ensino, ganha lugar a simples memorização, e o alto nível de informações que o estudante precisa decorar para “passar no vestibular”. O outro tipo de formação bastante difundido é a profissionalizante, que teve seu início em 1942 com a denominada Reforma Capanema, um conjunto de leis orgânicas, onde se firmou o objetivo do ensino secundário de formar elites condutoras do país, a par do ensino profissional, voltado aos interesses da economia industrial e da sociedade vigente na época. (BRASIL, 2011, p.145)

Devido ao contexto socioeconômico desta época, o ensino profissional tinha por objetivo formar mão de obra qualificada para as indústrias, ou seja, formar pessoas com escolaridade básica para desempenharem bem suas funções e assegurar o funcionamento do sistema capitalista. Reforçando, portanto, a dualidade do ensino médio no Brasil: uma escola para a elite que tinha a possibilidade de cursar o ensino superior e outra voltada para o ensino profissionalizante a fim de atender aos interesses do mercado capitalista e avançar no desenvolvimento econômico do país.

Com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o Ensino Médio vem recebendo sucessivas alterações e acréscimos. Uma de suas finalidades principais é a preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania. Ou seja, torna-se consenso que esta última etapa da educação básica, deve proporcionar ao estudante uma ampla e sólida formação para sua vida, uma formação humana integral, e, não apenas a preparação estanque para o acesso ao ensino superior ou para o ingresso no mercado de trabalho.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, mais especificamente quanto ao Ensino Médio, indica que se deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas e orientam que:

(...) os sistemas educativos devem prever currículos flexíveis, com diferentes alternativas, para que os jovens tenham a oportunidade de escolher o percurso formativo que atenda seus interesses, necessidades e aspirações, para que se assegure a permanência dos jovens na escola, com proveito, até a conclusão da Educação Básica. (CNE/CEB, 2010)

Neste sentido, as escolas de ensino médio precisam se adequar aos anseios da nova juventude com vistas a ofertar um currículo que contemple as diversas demandas da sociedade atual, no entanto, sem deixar de lado, o conhecimento historicamente acumulado. Um currículo que proporcione uma formação integral aos nossos jovens, dando-lhes liberdade nas suas futuras escolhas profissionais.

De acordo com o parecer CNE/CEB nº 5/2011 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio é necessária à elaboração de novas diretrizes curriculares para o Ensino Médio, a qual se faz necessária, também, em virtude das novas exigências educacionais decorrentes da aceleração da produção de conhecimentos, da ampliação do acesso às informações, da criação de novos meios de comunicação, das alterações do mundo do trabalho, e das mudanças de interesse dos adolescentes e jovens sujeitos dessa etapa educacional.

Com a promulgação da lei 9394/96 que trata das diretrizes e bases da educação, o Ensino Médio passou a ser configurado com uma identidade própria e teve assegurada a possibilidade de se articular até de forma integrada com a profissionalização, conforme prevê o artigo 36-A, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

A discussão em torno da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio deve considerar outros temas importantes como: o financiamento e a qualidade da educação básica, a formação e o perfil dos docentes para o Ensino Médio e a sua relação com a Educação Profissional.

Ainda de acordo com estas diretrizes, pesquisas realizadas com estudantes mostram a necessidade de essa etapa educacional adotar procedimentos e medidas que assegurem uma relação mais estreita com o projeto de vida dos estudantes.

Em 2012, foi implantada a Resolução nº 02/12, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, segundo esta, o conceito de currículo é compreendido como proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expresso nas práticas escolares e permeados pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes para o desenvolvimento de suas identidades e sócio-afetivas. (BRASIL, CNE/CEB, 2012).

A definição acima implica dizer que o currículo a ser trabalhado no Ensino Médio deve prever esta articulação entre os conhecimentos históricos e científicos, levando em consideração que a educação é uma prática social, deste modo, perpassa as relações sociais e a bagagem sociocultural trazida pelos estudantes aí incluídos. Outra questão explicitada nesta resolução diz respeito às quatro áreas do conhecimento definidas para o currículo do Ensino Médio, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências Humana e Ciências da Natureza, as quais se pretende um tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade. Neste contexto, fica expressa a orientação dos princípios norteadores básicos a serem operacionalizados através do currículo do Ensino Médio nas escolas públicas, a nível federal e estadual.

No Estado do Paraná a concepção curricular para a Educação Básica orienta para uma aprendizagem específica, colocando em perspectiva o seu aspecto formal e instituído, o qual diz respeito aos conhecimentos historicamente sistematizados e selecionados para compor o currículo escolar. (DCE, 2008).

Partindo dessa concepção, o currículo trabalhado nas escolas públicas da rede estadual, em particular as do Ensino Médio, deve promover uma prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando diferentes concepções de ensino e avaliação, num constante processo de reflexão sistematizada entre seus professores e estudantes.

No processo de construção destas diretrizes uma das primeiras questões a ser discutida foi refletir sobre: Quem são os sujeitos da escola pública? De onde eles vêm? Que referências sociais e culturais trazem consigo?

Ainda de acordo com estas Diretrizes (2008, p.14) “Um sujeito é fruto de seu tempo histórico, das relações sociais em que está inserido, mas é, também, um ser singular, que atua no mundo a partir do modo como o compreende e como dele lhe é possível participar”.

Desta forma, pensar nos alunos que compõem os bancos escolares do Ensino Médio, implica compreendê-los como sujeitos em processo de desenvolvimento e que precisam ser respeitados em suas condições naturais e sociais, esta concepção, de sujeito singular, em desenvolvimento, num processo de construção das suas estruturas: cognitiva, social, física e emocional, que são fortemente influenciadas pelo meio que o circunda.

O que se observa claramente nestas diretrizes, é que elas se propõem a ofertar um currículo que se assenta no conhecimento científico e historicamente acumulado, com vistas a construir a uma sociedade mais justa e com oportunidades iguais para todos, especialmente as classes menos favorecidas que na maioria das vezes, tem na escola, a sua única oportunidade de ter acesso ao mundo letrado, no campo dos conhecimentos científico, filosófico e artístico.

Os conteúdos das disciplinas escolares devem por sua vez, ser tratados de modo contextualizado, estabelecendo relações interdisciplinares entre si, esquivando-se da excessiva rigidez e verdade absoluta com que foram tratados durante séculos e ainda hoje guardam seus resquícios. Nesse sentido, os conteúdos devem possibilitar novos caminhos para responder as questões sociais, políticas, econômicos e ambientais que ora a sociedade apresenta.

Sobre as disciplinas curriculares, estas Diretrizes destacam a importância dos conteúdos disciplinares e do professor como autor do seu plano de ensino. “Nessa práxis, os professores participam ativamente da constante construção curricular e se fundamentam para organizar o trabalho pedagógico a partir dos conteúdos estruturantes de sua disciplina” (DCE, 2008).

Desta forma, o professor tem a possibilidade de construir seu plano de ensino conforme a realidade apresentada em sala de aula, onde os saberes trazidos por estes alunos e os saberes científicos são relacionados e contextualizados, numa estratégia que visa priorizar a bagagem sociocultural do aluno.

Também é importante pensar como a organização curricular afeta diretamente a organização do trabalho escolar tanto dos educadores como dos educandos. Isso implica dizer a forma como a escola, através de seus educadores, prestigia determinados conhecimentos presentes no currículo.

## 2.2 A RELAÇÃO ENTRE INDISCIPLINA ESCOLAR, DESINTERESSE E CURRÍCULO.

Outra questão a ser destacada refere-se à relação da indisciplina e do desinteresse dos educandos com a organização curricular das escolas.

Face à velocidade das mudanças ocorridas na sociedade e que por sua vez afetam diretamente outros espaços, como a escola e as relações humanas ocorridas no seu interior. Investigar as causas que tem motivado estas mudanças para então compreender a questão da indisciplina, tem sido o caminho de alguns estudiosos da área.

O fato de muitos jovens do Ensino Médio atualmente manifestarem indisciplina na escola e na sala de aula, aliada ao desinteresse, a desmotivação aos estudos é fato que preocupa muitos educadores e principalmente os professores que enfrentam este desafio cotidianamente.

Este fato pode ser conotado como uma “crise de sentidos” há uma crise geral de projetos, de sentidos para as coisas, em nível tanto mundial quanto nacional, tanto institucional, quanto pessoal, tanto ideológico quanto sociopolítico-cultural. (VASCONCELOS, 1997, p.231).

Para estes jovens que frequentam o Ensino Médio, esta falta de sentidos e objetivos para estudar ganha força, quando constatam que o fato de possuírem um certificado de conclusão desta etapa, já não lhes proporciona uma garantia mínima de ascensão social. Embora a finalidade do Ensino Médio

consista em formar para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho, conforme a Resolução 002/12 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no título III, capítulo I que trata do Projeto Político Pedagógico das escolas, no art.16, item VII, aponta a importância da integração com o mundo do trabalho, por meio de estágios no Ensino Médio conforme legislação específica.

Ainda de acordo com Vasconcelos (1997) há certos obstáculos epistemológicos incorporados pelo professor, que acabam confundindo-os para um melhor esclarecimento do problema disciplinar dos alunos. Estes obstáculos referem-se à espera ilusória da chamada “receita mágica”, ou seja, uma solução quase instantânea e como seu próprio nome diz mágica na resolução dos problemas disciplinares. O segundo obstáculo refere-se à idealização das alternativas, onde se espera muito e tão somente do professor, como se ele fosse o único responsável pela motivação e o interesse dos alunos. O terceiro obstáculo epistemológico apontado é sensação de “não-poder”, um dos maiores obstáculos a serem enfrentados. O professor manifesta tamanho sentimento de impotência diante dos problemas disciplinares que muitas vezes leva-o a atos extremos na sala de aula, como a indiferença em relação ao aluno.

Nesse sentido, é importante que o professor faça a seguinte reflexão: é possível transformar esta realidade? Como?

Torna-se cada vez mais imperativo ao educador começar a investigar os currículos a partir da visão dos educandos. Daí a preocupação com o repensar dos conteúdos da nossa docência e o repensar das lógicas em que são estruturados. (ARROYO, 2007).

Isto implica retomar as discussões no seio escolar, tendo como objeto de estudo estes estudantes, o que na maioria das vezes não ocorre, como o próprio autor aponta devido à lógica em que este currículo está estruturado, seja ela política, econômica ou social.

De acordo com Arroyo (2007), as imagens sociais que se projetam sobre os alunos, chegam de fora, postas pela sociedade em que vivem. Portanto, o ordenamento curricular não é neutro, mas sim, condicionado pela pluralidade dessas imagens que nos chegam de fora. Um novo olhar para com os educandos, questionando-nos sobre as imagens que os retratam nas propostas

curriculares de cada estabelecimento de ensino são um dos caminhos no repensar dos currículos.

Guiados pelo imperativo ético do respeito aos educandos, como sujeitos iguais de direitos, seremos levados a construir novas formas de ordenamento dos conteúdos que garantam não apenas o direito igual de todos ao conhecimento, à cultura, aos valores, à memória e à identidade na diversidade, mas que garantam a igualdade de todo conhecimento, cultura, valores, memórias e identidades sem hierarquias, segmentações e silenciamentos. (ARROYO, 2007, p.38)

Essas novas formas de ordenamento dos conteúdos, como o próprio autor deixa bem claro, precisam garantir a igualdade na seleção dos conhecimentos científicos, históricos, culturais que farão parte do currículo a ser trabalhado nas escolas públicas, da mesma forma que estes educandos precisam estar conscientes dessa lógica em que se fundamenta o currículo.

Ainda de acordo com Arroyo (2008), os educandos devem ser reconhecidos como sujeitos da ação educativa e não vê-los apenas como empregáveis, como mercadoria para o emprego. Os educadores por sua vez, nessa perspectiva são vistos como treinadores e preparadores de mão de obra habilitada. Superar essa visão será pré-condição para repensar os currículos.

A visão mercadológica que se tem dos educandos, ou seja, como sujeitos a serem preparados tão somente para atender os interesses da lógica capitalista do mercado de trabalho, é uma visão puramente reducionista conforme Arroyo explica.

Posteriormente a implantação da Lei nº 5692/71, até os dias atuais, constatamos que muitas escolas, docentes e administradores ainda têm esta mesma visão do seu papel social e função social da escola pública. No caso particular, dos alunos do Ensino Médio, esta visão torna-se ainda mais presente. É corrente entre educadores e até mesmo os educandos encarar esta última etapa da educação básica como decisiva na preparação para o mercado de trabalho e do seu futuro profissional. Desmistificar esta crença, tão persistente entre docentes e educandos é pré-requisito para repensar os currículos.

## 2.3 OS SUJEITOS DO ENSINO MÉDIO

De acordo com a série Juventude e Escolarização: os sentidos do Ensino Médio, escrita por Dayrell (2009), a mesma se propõe a refletir sobre o Ensino Médio na perspectiva dos seus estudantes. Primeiramente é necessário saber quem são estes estudantes que estão cursando esta etapa do ensino.

Identificar e compreender a identidade destes jovens estudantes do ensino médio, bem como, suas expectativas e avaliação a respeito da formação escolar irá contribuir significativamente no repensar dos currículos ofertados e no próprio sentido que a escola tem para eles.

Segundo Dayrell (2009), a escola tem de ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca. Portanto, é indispensável compreender quais os reais anseios e expectativas que a juventude atual apresenta em relação à escola.

Há se levar em conta também que essa etapa da vida é vivida de maneiras diferentes de acordo com a classe social, etnia, religião, valores, gênero, região geográfica, dentre outros. É muito diferente, por exemplo, ser jovem, em uma família de classe média ou de camadas populares, em um grande centro urbano ou no meio rural. Outro dado interessante refere-se a faixa etária que compreende a população considerada jovem que vai dos 15 aos 29 anos de idade e pode ser dividida em três grupos:

- jovens adolescentes: de 15 a 17 anos;
- jovens jovens: de 18 a 24 anos;
- jovens adultos: de 25 a 29 anos.

Diante destes dados é possível considerar que quando falamos em jovens estudantes do ensino médio, estamos nos referindo a esta faixa etária conforme apontada pelo PNAD<sup>1</sup>, através do autor Dayrell.

Portanto, é necessário identificarmos quem são os jovens que frequentam o ensino médio?

Estes jovens que frequentam o Ensino Médio são em sua maioria aqueles que carregam as marcas das desigualdades sociais e econômicas vividas nas últimas décadas, um público extremamente diverso, que traz para

---

<sup>1</sup> Fonte: Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – PNAD, 2007.

dentro das escolas as contradições da sociedade moderna a qual avança na democratização do ensino, mas, mantêm estruturas sociais excludentes e desiguais. (CORTI, 2009).

A partir de meados da década de 1990, um grupo heterogêneo de jovens chega ao Ensino Médio, a expansão do número de matrículas não acompanha a expansão da qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas. Esse novo público que chega às escolas de Ensino Médio tem em sua bagagem os efeitos das desigualdades sociais e econômicas. Ao constatarmos quem é o jovem que frequenta as escolas de ensino médio público, é conveniente pesquisarmos qual a visão da escola e de seus educadores sobre este jovem.

Segundo Dayrell (2009), no cotidiano das nossas escolas, por exemplo, o jovem geralmente aparece como problema, com ênfase na sua indisciplina; na “falta de respeito” nas relações entre os pares e com os professores; na sua “irresponsabilidade” diante dos compromissos escolares; na sua “rebeldia” quanto à forma de vestir – calças e blusas larguíssimas, piercings, tatuagens e o indefectível boné – o que pode ser motivo de conflito quando a escola define um padrão rígido de vestimenta. É comum também entre os professores o estereótipo das gerações atuais como sendo desinteressadas pelo contexto social, individualistas e alienadas, numa tendência a compará-las às gerações anteriores, mitificadas como gerações mais comprometidas e generosas.

Desta forma, a escola acaba incorrendo num grave erro ao estereotipar o público adolescente/jovem que frequenta esta etapa do ensino. O ideal seria que a escola ao invés de rotular este jovem, procurasse conhecer e compreender a sua identidade, os seus valores e os seus anseios.

Ainda de acordo com Dayrell (2007), há uma nova condição juvenil no Brasil, onde é possível elencar algumas dimensões e os elementos que a compõem.

Estas dimensões se referem às diversas formas de expressão, comunicação, cultura e sociabilidade entre nossos jovens, a sua maneira de expressar-se, comunicar-se, encontrar-se com seus pares em seus tempos e espaços próprios representam tais dimensões.

Esta condição juvenil refere-se à maneira de ser, a situação de alguém perante a vida, perante a sociedade (ABRAMO, apud DAYRELL, 2007). E, no

caso da juventude brasileira, as camadas populares, além da sua condição de jovens, enfrentam desafios consideráveis, precisam trabalhar para garantir sua sobrevivência, e nem por isso deixam de estudar. Dayrell (2007) explica esta condição juvenil, sob uma dupla dimensão:

Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.(DAYRELL, 2007, p. 1108).

Muitos dos nossos jovens que chegam ao Ensino Médio são os pioneiros na família a alcançar esta etapa do ensino, a democratização do acesso ao Ensino Médio é um dado recente, a questão da permanência e do sucesso agora passa a ser o dado desafiador.

O jovem precisa encontrar sentido na escola e sentir-se parte dela, portanto, este vem a ser o grande desafio atual para os que trabalham com o Ensino Médio.

Os mais de 30 milhões de jovens, muitos com o direito negado à última etapa da educação básica – o Ensino Médio – têm “rosto definido”. Pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária, por conta própria, no campo ou na cidade. (FRIGOTTO, 2009, p. 25)

Quando se coloca em evidência, a parcela de jovens, ou pode-se dizer juventudes, excluídas dos seus direitos básicos, como o de uma educação de qualidade, pretende-se chamar a reflexão o fato de reforçarmos as relações desiguais e injustas que constatamos na escola, quando, por exemplo: não reconhecemos a identidade do jovem estudante e a sua condição juvenil no currículo elaborado, na própria ação pedagógica de ministrar os conteúdos e avaliar o seu progresso escolar. Quando desconsideramos os tempos e espaços específicos destes jovens, as suas culturas, os seus limites e as suas aspirações.

(...) Os adolescentes e jovens seriam outros diante da velocidade das transformações históricas. A ênfase é posta nas transformações culturais, de valores, de formas de pensar, de lidar com o corpo, com

a sexualidade... De pensar-se. Chegam às escolas com identidades pós-modernas, jovens do século XXI. Hiperrealizados, movidos a presentismos, consumismos, com referências efêmeras que os bloqueiam para os processos disciplinares, reflexivos do aprender. (ARROYO, 2011, p.223-224).

De acordo como o próprio autor alerta é preciso ter cuidado ao caracterizar estes jovens como Outros, geralmente a imagem mais presente quando se fala em juventude é a imagem negativa, tal qual, nossos meios de comunicação reportam diariamente. E como o identificamos na escola?

Costumeiramente os identificamos como jovens desinteressados, sem perspectivas, ou, individualistas e consumistas, despreocupados com os problemas sociais, mas, é importante tomarmos muito cuidado ao estereotipar nossos jovens. Se fizermos um retrospecto dos que frequentavam a escola até algumas décadas atrás, vamos identificar que esses jovens que hoje chegam às escolas, são outros que nunca chegaram, são os filhos das camadas populares, que nunca antes entravam na escola. Portanto, o esforço a ser empreendido está em reconhecê-los como Outros, exatamente onde residem os desafios, porque o sistema educacional, através de sua organização, seu currículo, suas avaliações, normas e regimentos não estão preparados para recebê-los e reconhecê-los efetivamente.

Incluí-los em estruturas excludentes parece ser a única solução, já que, mudá-las parece impossível. Essas tentativas inclusivas, conforme Arroyo, explicita, acaba por excluir ainda mais estes jovens, onde se apresenta:

Depois de tantas tentativas sérias o discurso oficial e a mídia mostram sua descrença nesses esforços inclusivos. Um discurso conservador anti-inclusivo que os resultados das avaliações legitimam: Esses adolescentes e jovens não se saem bem nas provas não porque seus professores e as escolas não estejam capacitados a ensinar, nem porque os grupos tecnogestores das secretarias não sejam bons gestores. O problema está nos alunos. Nesses alunos que chegam com a democratização da escola pública e que nunca antes tinham chegado. São in-incluíveis. (ARROYO, 2011, p.227).

A expansão do número de matrículas e a obrigatoriedade desta etapa do ensino; além da permanente tensão entre a formação dualista que ainda encontra raízes no atual ensino médio público e privado e especialmente a identidade do currículo trabalhado nas escolas de ensino médio, em particular

das escolas públicas, são um dos grandes desafios colocados por Krawczyk apud Dayrell (2009).

Diante deste fato, novamente se reforça a importância e a urgência de se colocar em discussão o currículo proposto e o currículo necessário, ou seja, um currículo que esteja em consonância com os reais anseios, expectativas e o contexto sociocultural destes estudantes que chegam diariamente as escolas públicas e não têm sido reconhecidos como sujeitos com identidade própria.

## 2.4 CAMINHOS PARA APROXIMAÇÃO DO JOVEM AO ENSINO MÉDIO

Enquanto foram levantadas diversas questões que apontam para os fatores que afastam os jovens da escola é importante também apontar caminhos que levem a uma aproximação destes jovens, ou mesmo, o seu resgate, através de um currículo que considere a diversidade cultural existente nesta etapa do ensino, neste caso: o ensino médio. Nesta direção Moreira; Candau (2003) discutem em como tornar a cultura um eixo central do processo curricular, além das escolas conferirem uma orientação multicultural às suas práticas.

A princípio é preciso reconhecer que nossa sociedade é marcada pelo caráter multicultural e este multiculturalismo baseia-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença.

Quando a escola afirma em seu discurso “aqui todos são iguais e tratados da mesma forma” reforça a reprodução monocultural e discriminatória presente no seu currículo. (MOREIRA; CANDAU, 2003), bem como desperdiça a oportunidade de trazer para mais próximo de si os jovens do Ensino Médio, os quais carregam consigo diferentes culturas, por muitas vezes negada justamente pelo fato apontado inicialmente, a indiferença aos diferentes.

Diante deste fato, Moreira; Candau (2003) propõem estratégias pedagógicas que possam ser úteis na abordagem da diversidade e da pluralidade cultural do currículo, além de valorizar a cultura experiencial dos educandos, incorporando-a aos conteúdos propostos, desconstruindo e reconstruindo conhecimentos científicos, fazendo uma ancoragem social dos

conteúdos, ou seja, procurando evidenciar com clareza como se construiu historicamente um dado conhecimento. Por outro lado, também requer dos docentes, além de uma formação condizente, disposição para reformular o currículo e uma prática docente de acordo com os anseios, perspectivas e identidades dos grupos e classes subalternizados.

Nos espaços escolares ainda está impregnada esta visão monocultural, principalmente em suas práticas sociais. Quando chegam à escola os diversos grupos sociais, sejam elas de origem étnico-raciais, de gênero ou orientação sexual, de religião, ou estilos próprios de se vestir, falar, dançar, entre outros; acabam por instalar outra realidade sociocultural, ou seja, este espaço já não é mais o mesmo, ali há uma mistura de identidades e bagagens culturais que precisam ser reconhecidas e respeitadas.

Assumir esta nova realidade é um dos primeiros passos conforme pontua Perez Gomes (1998, apud Moreira; Candau, 2003) ele propõe que entendamos a escola hoje como um espaço de “cruzamento de culturas”. A fim de que possamos desenvolver um novo olhar, uma nova postura, no sentido de modificar nossa prática, a partir do que identifica e caracteriza a escola e a diversidade cultural que nela se encontra.

Os currículos propostos e trabalhados atualmente não podem continuar a ratificar e preservar divisões e diferenças, pelo contrário devem incluir estratégias pedagógicas que visem a reconhecer e valorizar a pluralidade cultural que é indispensável neste instrumento de emancipação.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este artigo, diante de todas as questões, reflexões e fundamentações teóricas apresentadas sobre a relação dos jovens estudantes do ensino médio com o currículo ofertado atualmente nas escolas públicas, foi possível identificar alguns conceitos e práticas norteadoras de um currículo que realmente possa atender as demandas e anseios dos jovens que se encontram nesta última etapa da educação básica.

Um dos pontos mais salientes referiu-se a falta de sentido do jovem em relação aos conteúdos ora apresentados na escola, daí decorre a indisciplina, o desinteresse, a desmotivação. Ora, as legislações pertinentes a esta etapa do ensino projetam ofertar um currículo que se assente na formação integral destes educandos, aliando o conhecimento científico com os seus saberes experienciais, a pluralidade cultural existente, por fim, que esteja condizente com os reais anseios, aspirações e necessidades destes jovens.

Outro fato apontado, diz respeito à lógica mercadológica, bastante corrente na sociedade atual, o fato de muitos jovens estarem concluindo esta etapa do ensino já não lhes garante a inclusão no mercado de trabalho, o que acaba reforçando ainda mais sua descrença em relação aos estudos. Sendo assim, o currículo precisa ser repensado em função destes educandos enquanto sujeitos da ação educativa, os quais a partir da sua formação acadêmica serão incluídos no mundo do trabalho e não apenas adequados aos interesses do capital.

A necessidade de se repensar o formato de escola e currículo ora ofertados aos jovens do Ensino Médio tornou-se evidente no estudo realizado através da bibliografia pesquisada, mas, também apontou a necessidade de se investigar com mais profundidade a respeito das identidades e expectativas destes jovens perante a escola e a sociedade.

Através deste estudo foi possível compreender que o processo de construção deste currículo emancipador e significativo deve partir inicialmente da realidade social ora investigada, da concepção de sociedade, trabalho e educação que se projeta para estes jovens que procuram muitas vezes na escola todos estes referenciais. As leis, resoluções e diretrizes pesquisadas

dão um direcionamento, no entanto, não podem ser consideradas como única solução para reaproximar estes jovens da escola, há uma série de outros fatores aliados como recursos e investimentos financeiros, formação acadêmica e continuada, aspectos não levantados neste artigo, mas, que merecem especial atenção na efetivação de um currículo que cumpra sua função social.

A investigação em torno do currículo continua, pois, a cada momento novas questões surgem e as identidades destes jovens vão se reconfigurando, importa, no entanto, partir da realidade social, da construção do conhecimento socialmente elaborado, possibilitar de fato a estes jovens que encerram a última etapa da educação básica condições suficientes para transformarem sua realidade social através de um currículo que socialize o conhecimento historicamente acumulado e valorize a identidade e pluralidade cultural existente.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo: território em disputa**. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, M. G. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 52 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sebarquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>. Acesso em 20/01/14.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Emenda Constitucional 59/09. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm). Acesso em 10/12/2013.

BRASIL. CNE/CEB. Parecer CEB nº 05/11 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. CNE/CEB. Resolução CEB nº 02/12 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. CNE/CEB. Resolução CEB nº 04/10 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

CORTI, Ana Paula. **Uma diversidade de sujeitos: Juventude e Diversidade no Ensino Médio**. In: Série Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio, Ano XIX, boletim 18 – Novembro/2009. p.12-15. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012176.pdf>. Acesso em: 15/01/14.

DAYRELL, J. G. **A juventude no Brasil**. Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – PNAD 2007.

DAYRELL, J. G. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. In: Educação e Sociedade. Campinas, v.28, n.100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000300022&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300022&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10/01/14.

DAYRELL, J. G. **Uma diversidade de sujeitos: O aluno do Ensino Médio e o jovem desconhecido**. In: Série Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio, Ano XIX, boletim 18 – Novembro/2009. p. 16-23. Disponível em:

<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012176.pdf>>.  
Acesso em: 15/01/14.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Expectativas juvenis e identidade do Ensino Médio: Ensino Médio no Brasil “Juventudes” com futuro interdito**. In: Série Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio, Ano XIX, boletim 18 – Novembro/2009. p. 24-29. Disponível em:  
<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012176.pdf>>.  
Acesso em: 15/01/14.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 56 p. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag1.pdf>>. Acesso em 20/01/14.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 23, p. 158-166 Maio/Jun/Jul/Ago, 2003. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>>. Acesso em 13/05/14.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Curitiba: SEED/DEB-PR, 2008.

VASCONCELOS, C. S. Os desafios da disciplina em sala de aula e na escola. Disponível em: <[http://www.crmariovas.sp.gov.br/amb\\_a.php?t=014](http://www.crmariovas.sp.gov.br/amb_a.php?t=014)>. Acesso em 20/04/14.